

# SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	19
<b>CAPÍTULO I - (RE)DISCUTINDO ASPECTOS DA TEORIA GERAL DA PROVA A PARTIR DOS NOVOS MEIOS DE OBTENÇÃO</b> ..	25
1. ASPECTOS POLÍTICO-CRIMINAIS CONTEMPORÂNEOS E SUA INFLUÊNCIA NA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR .....	25
2. DAS RESERVAS LEGAL E JURISDICIONAL NOS MÉTODOS OCULTOS DE INVESTIGAÇÃO .....	28
3 REFLEXÕES SOBRE A PRINCIPIOLOGIA DA PROVA .....	32
3.1. Conceito, objeto e função da prova .....	33
3.2. Atos de prova, atos de investigação e provas irrepetíveis, cautelares e antecipadas .....	38
3.3. Presunção de inocência, carga da prova e o in dubio pro reo .....	43
3.4. Contraditório e ampla defesa .....	52
3.4.1. Contraditório e ampla defesa nos meios ocultos de obtenção de prova..	60
3.4.1.1. Contraditório e ampla defesa na colaboração premiada .....	64
3.4.1.2. Contraditório e ampla defesa nos elementos de prova colhidos pelo agente infiltrado .....	70
3.4.1.3. Contraditório e ampla defesa nas interceptações das comunicações telefônicas .....	78
3.5. Princípio do menor gravame ao(s) direito(s) fundamental(is) na persecução penal .....	86
3.6. Princípio da especialidade da prova e a proibição da fishing expedition .....	90
3.7. Preservação da cadeia de custódia da prova .....	94
<b>CAPÍTULO II - DAS PROIBIÇÕES DE PROVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO</b> .....	97
1. A SUPERIORIDADE ÉTICA DO ESTADO NA PERSECUÇÃO PENAL COMO PONTO CENTRAL DAS PROIBIÇÕES DE PROVA: SUPERANDO OS JUÍZOS DE PONDERAÇÃO .....	97
2. OS EFEITOS PROCESSUAIS DAS PROIBIÇÕES DE PROVA E A REGRA DA EXCLUSÃO: DIÁLOGOS COM O DIREITO COMPARADO .....	104

3. PROVAS ILÍCITAS E PROVAS ILEGÍTIMAS: DISTINÇÃO E EFEITOS NO PROCESSO PENAL .....	117
4. A PROVA ILÍCITA E A CONTAMINAÇÃO DO CONVENCIMENTO DO JUIZ: (IN)SUFICIÊNCIA DA REGRA DA EXCLUSÃO .....	121
5. ADMISSIBILIDADE DA PROVA ILÍCITA EM FAVOR DO ACUSADO ..	127
6. DAS PROVAS ILÍCITAS POR DERIVAÇÃO: APLICAÇÃO DA TEORIA DA ÁRVORE DOS FRUTOS ENVENENADOS ( <i>FRUITS OF THE POISONOUS TREE</i> ) .....	128
6.1. Do nexo de causalidade entre a prova ilícita e a derivada (the causal connection have become so attenuated as to dissipate the taint)	134
6.2. Da fonte independente (independent source doctrine) .....	136
6.3. Da descoberta inevitável (inevitable discovery).....	138
7. ANÁLISE CRÍTICA À APLICAÇÃO DA TEORIA DA PROPORCIONALIDADE (JUÍZOS DE PONDERAÇÃO) NO ÂMBITO DAS PROIBIÇÕES DE PROVA .....	142

**CAPÍTULO III - DOS CONHECIMENTOS FORTUITOS NO PROCESSO PENAL..... 151**

1. ASPECTOS GERAIS SOBRE OS CONHECIMENTOS FORTUITOS: CONCEITO E PERSPECTIVA DE ANÁLISE A PARTIR DO INDIVÍDUO COMO SUJEITO DE DIREITOS. ....	151
2. CONHECIMENTOS FORTUITOS E CONHECIMENTOS DA INVESTIGAÇÃO: RELEVÂNCIA DA DIFERENCIAÇÃO CONCEITUAL E CONSEQUÊNCIAS NO PROCESSO PENAL.....	157
3. OS CONHECIMENTOS FORTUITOS E CONHECIMENTOS DA INVESTIGAÇÃO NO CONTEXTO DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: CRITÉRIO DE DEFINIÇÃO A PARTIR DAS REGRAS DE CONEXÃO E CONTINÊNCIA E A NECESSIDADE DE IMEDIATA COMUNICAÇÃO AO JUÍZO COMPETENTE .....	163
4. REQUISITOS PARA ADMISSIBILIDADE E VALORAÇÃO DOS CONHECIMENTOS FORTUITOS.....	173
4.1. Conhecimentos fortuitos nos casos das buscas domiciliares: situações que implicam flagrante delito .....	176
4.2. Conhecimentos fortuitos nas situações em que não se configura flagrante delito: requisitos e limites para sua valoração como <i>notitia criminis</i> .....	181
4.2.1. Da imediata comunicação ao Juízo sobre a existência do conhecimento fortuito.....	185
4.2.2. Da admissibilidade do meio de obtenção de prova em relação ao crime fortuitamente encontrado .....	188

4.2.3. Da preservação da cadeia de custódia e encaminhamento da sequência de pedido(s) de autorização judicial para uso da respectiva medida de obtenção de prova, bem como da(s) respectiva(s) decisão(ões) judicial(is).....	193
--	-----

**CAPÍTULO IV - DO COMPARTILHAMENTO DE PROVAS: ESTABELECENDO PARÂMETROS E LIMITES..... 197**

1. A PROBLEMÁTICA DA AUSÊNCIA DE PARÂMETROS E LIMITES NA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA .....	197
2. A INSUFICIÊNCIA DAS CATEGORIAS DOUTRINÁRIAS DA PROVA EMPRESTADA: A INSEGURANÇA JURÍDICA PELA “LIVRE” CIRCULABILIDADE DA PROVA .....	201
3. REVISITANDO AS CATEGORIAS JURÍDICAS DA PROVA EMPRESTADA.....	205
3.1. Conceito, função e valor probatório .....	205
3.2. Requisitos de admissibilidade.....	208
3.2.1. Pertinência e relevância: pressuposto para a admissibilidade da prova emprestada.....	209
3.2.2. Participação, em contraditório, das partes do segundo processo (onde será importada a prova) no processo onde se produziu a prova emprestada.....	210
3.2.3. Observância ao princípio do Juiz Natural .....	213
3.2.4. A comprovação, no processo importador, da regularidade e licitude da prova emprestada quando produzida no primeiro processo.....	217
4. DOS CRITÉRIOS PARA (IN)ADMISSIBILIDADE DO COMPARTILHAMENTO .....	220
4.1. Compartilhamento homogêneo de provas (entre processos penais) ..	220
4.1.1. Meios tradicionais de prova previstos no Código de Processo Penal ..	221
4.1.1.1. Prova pericial .....	222
4.1.1.2. Prova documental .....	224
4.1.1.3. Prova testemunhal .....	226
4.1.2. Provas obtidas através dos métodos ocultos de obtenção .....	227
4.1.2.1. Do compartilhamento dos conhecimentos da investigação nas hipóteses de <i>cisão</i> processual .....	227
4.1.2.2. Do compartilhamento dos conhecimentos fortuitos para fins de <i>notitia criminis</i> .....	229
4.1.2.3. Obtenção do material genético para exame de DNA e intervenções corporais: limites do consentimento e princípio da especialidade .....	230
4.2. Compartilhamento heterogêneo: limites e requisitos .....	233
4.2.1. Processo penal exportador da prova .....	234
4.2.1.1. Meios de prova tradicionais previstos no CPP .....	234
4.2.1.2. Métodos de obtenção de prova invasivos aos direitos fundamentais: incidência das proibições de prova e do princípio da especialidade .....	235

4.3.2. Processo penal importador da prova. ....	238
4.3.2.1. A regra geral da dispensabilidade do inquérito policial. ....	239
4.3.2.2. Aplicação do princípio da especialidade nas provas produzidas em processos de natureza distinta. ....	241
4.3.2.2.1. Amostra biológica coletada para fins extrapenais. ....	242
4.3.2.2.2. Da circulabilidade das informações bancárias, financeiras e fiscais para fins penais: limites constitucionais e legais. ....	242
4.3.2.2.2.1. Da requisição direta de dados bancários sigilosos pelos órgãos do fisco às instituições financeiras (artigos 5º e 6º da LC 105/2001) e do compartilhamento para fins penais. ....	244
4.3.2.2.2.2. Busca e apreensão dos livros e documentos contábeis para fins fiscais (artigo 195 do CTN). ....	250
4.3.2.2.2.3. Da representação fiscal para fins penais. ....	252
4.3.2.2.2.4 Do compartilhamento do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) para fins penais. ....	254
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>259</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>267</b>